

O plebiscito da OAB e os que falam por São Paulo

EDUARDO M. SUPLICY

É de se esperar que os constituintes expressem a vontade popular. Da mesma forma, constitui uma das responsabilidades maiores daqueles que ocupam cargos executivos, como o de prefeito da capital paulista e de governador do Estado de São Paulo, expressar o sentimento dos paulistanos e dos paulistas, particularmente quando são tomadas decisões que afetam em profundidade a vida de todos os brasileiros.

É de pasmar neste momento a atitude tanto do prefeito Jânio Quadros quanto do governador Orestes Quêrcia, que estão tomando posições públicas completamente contrárias aos anseios da maioria da população

da cidade e do Estado, respectivamente, que governam, no que diz respeito à questão do mandato do presidente José Sarney. O plebiscito realizado em 19 de maio último pela OAB indicou que, dentre 24.956 paulistanos que responderam à consulta, 23.799, portanto 95,4%, querem eleições diretas para presidente da República em 1988. Em todo o Estado de São Paulo, de 139.009 cidadãos consultados na capital e interior (dados ainda parciais), 127.417, ou 91,7%, querem eleger o presidente da República neste ano.

Diante da proximidade da decisão dos constituintes sobre a disposição transitória que vai definir a duração do mandato do presidente José Sarney —levando em conta que

como candidato do PT a prefeito e a governador, respectivamente, em 1985 e 1986, quando obtive cerca de 20% e 10% dos votos—, chamo a atenção dos paulistanos e dos paulistas que o prefeito e o governador, neste momento, estão agindo na direção oposta àquela que a grande maioria poderia esperar com respeito a esta grave questão.

Ambos, ao invés de justamente contraporem a força dos argumentos de quem foi eleito diretamente pelo povo para dizer ao presidente, eleito indiretamente, que é chegada a hora de os brasileiros terem um governo consagrado pelo povo nas ruas, ficam se desdobrando em mesuras ao Palácio do Planalto, o qual, por sua vez, só premia com a

devida assistência financeira, mesmo para projetos socialmente necessários, aqueles que concordam com os seus desígnios.

Foi lastimável, assim, a omissão do governador Orestes Quêrcia, ao lado de mais 21 governadores de Estado que compareceram segunda-feira última, ao Palácio do Planalto, para ouvirem do presidente da República que este iria ficar mais dois anos à frente do Executivo, sem que nenhum deles tivesse a coragem de contestá-lo e de dizer qual é, de fato, a vontade do povo.

EDUARDO MATAEZZO SUPLICY é economista, doutor pela Universidade de Michigan (EUA), e professor da Fundação Getúlio Vargas (SP); e membro do Diretório Nacional do PT; foi deputado federal por São Paulo.